

# OS JORNALISTAS E AS RECONSTRUÇÕES DE VIDAS

## Problemas epistemológicos na elaboração do discurso biográfico

Por: Prof. Felipe Pena \* (artigo para o GT de jornalismo da Intercom)

### RESUMO

O artigo tem como objetivo propor uma reflexão epistemológica sobre a construção do discurso biográfico por profissionais do jornalismo. Pretendemos abordar as relações com as fontes, as diferenças entre realidade e ficção e a projeção que a mídia dá aos fatos, inclusive no estudo da Nova História sobre os eventos de curta e longa duração. Por outro lado, além de encaminhar uma discussão de gêneros, queremos examinar as inúmeras possibilidades narrativas tanto no campo do jornalismo, como da história e da literatura. E também verificar a viabilidade ou não de reconstrução dos fatos sob a ótica do pacto referencial de Philippe Leujene. Para tanto, inserimos referenciais teóricos da Escola dos Annales e da contemporânea teoria da literatura.

### PALAVRAS-CHAVE

Epistemologia – biografia – jornalismo – história – literatura

O pesquisador é jornalista. O jornalista quer contar uma história. A história de uma vida. Chamam isso de biografia. E cada vez mais jornalistas investem neste tipo de trabalho. Mas esse é apenas o começo do seu problema.

Afinal, o que é uma biografia ? Um árduo trabalho jornalístico, uma pesquisa histórica ou uma construção literária ? Há alguma classificação de gênero ? É possível

contar a história de uma vida ? Ficção e realidade são conceitos dicotômicos ou complementares ? Quais serão os critérios para a escolha de fontes ? É possível preencher todas as lacunas ? Que teóricos já escreveram sobre o tema ? Tantas perguntas sem resposta justificam a pesquisa, mas também deixam claro que a construção da biografia não é suficiente. O jornalista não pode limitar-se a escrever a história de uma vida. É preciso refletir sobre o próprio discurso que ele irá utilizar. É preciso estudar o discurso biográfico.

O jornalista pode começar a refletir sobre seu problema no ambiente das próprias redações, pois a operação jornalística já é em si apenas a possibilidade de uma construção. É preciso levar em conta a crítica das fontes e seus interesses na produção do discurso, assim como a própria projeção que a suposta realidade assume no ambiente da mídia: “os media transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavras no ar. Dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a solene eficácia do gesto irreversível.”<sup>1</sup>

O jornalista talvez precise de uma inserção pelos estudos da Nova História e suas pesquisas sobre as fontes, os fatos, os acontecimentos, o tempo e o próprio trabalho de historiadores e jornalistas. Uma inserção pelo trabalho de Nora, Le Goff, Braudel, White, Certeau, Burke, Kravetz e Lacouture, para quem a proximidade temporal e o envolvimento material fazem do jornalista praticante e reflexo do acontecimento. Isto aproxima-o da concepção de “história imediata”, em que pesquisadores e relatores desempenham simultaneamente o papel de agentes. Para Lacouture, apesar das relações conflituosas entre jornalismo e história, as duas disciplinas tendem a convergir<sup>2</sup>, enfrentando problemas comuns aos “imediatistas”, como, por exemplo, o desconhecimento do final da história, o excesso de informações, a falta de confiabilidade das fontes e a impossibilidade de acesso a alguns arquivos.

Mas relacionar a operação histórica e a jornalística ainda é uma tarefa árdua, com prejuízo inevitável para a última, sempre no cerne das maiores críticas. Talvez a chave para o problema esteja na volta do acontecimento, conforme proposta por Pierre Nora. O que certamente abre um caminho mais esclarecedor do que a opção dicotômica de Mark Kravetz, para quem o jornalismo se divide em sensacionalista e analítico<sup>3</sup>, sem, no entanto, deixar claro os pressupostos para esta diferenciação.

---

<sup>1</sup> Nora, pág.182.

<sup>2</sup> Lacouture, pág. 218.

<sup>3</sup> Kravetz, pág. 88.

Também parece bastante reducionista atribuir o estudo do passado aos historiadores e a interpretação do presente aos jornalistas. Aproximados e diferenciados, é na abordagem dos integrantes da Nova História que esta dicotomia é melhor enfrentada, com a conclusão de que ambos devem se pautar pela escolha consciente de seus objetos, assumindo que dão significação aos dados que possuem e que têm interesses e formações específicas para a análise do objeto. Como sentencia Lacouture: “o jornalista-camundongo rói gulosamente suas avelãs. O historiador-esquilo as acumula. O imediatista acumula roendo.”<sup>4</sup>

O movimento de aproximação também encontra eco em Jacques Le Goff, para quem o historiador deve dirigir-se aos mass media na avaliação das posições em relação ao acontecimento. A mídia influencia o ideário coletivo, que não se reduz ao significado intelectual, sendo também estritamente ligado a nuances emocionais. O que “a realidade propõe, o imaginário dispõe.”<sup>5</sup>, analisa Pierre Nora, tomando como exemplo o suicídio de Marilyn Monroe, que, para tornar-se um acontecimento, precisou que milhões de pessoas vissem nele o drama do star system e a tragédia da beleza interrompida.

Os acontecimentos da atualidade juntam as forças da informação e da mudança, agregando o fato cotidiano e o evento, o real e o ficcional. São construídos pelos meios de comunicação, mas também os constróem. Um duplo movimento, que só faz aumentar a crise epistemológica da história.

Cada vez mais tênue, a fronteira entre o imaginário e o real caminha para a dissolução, forçando o pesquisador a pensar em formas alternativas de representação do acontecimento. Como coloca Hayden White, é preciso “produzir novos critérios sobre o lugar de suspensão entre a história e a ficção”.<sup>6</sup> Devemos repensar conceitos éticos e estéticos, refletindo sobre as forças simbólicas de condução e construção dos eventos, e sobre suas próprias demandas.

No cotidiano de uma redação jornalística, o espaço para reflexão é mínimo. Espremido pelos *deadlines* e pela busca incessante do furo de reportagem, o jornalista é mais uma peça da engrenagem produtiva. O evento é sua matéria-prima e o tempo curto seu campo de atuação. Uma visão falaciosa, como afirma Fernand Braudel, para quem “o

---

<sup>4</sup> Lacouture, pág. 231.

<sup>5</sup> Nora, pág. 184.

<sup>6</sup> White, pág. 20.

tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações.”<sup>7</sup> Para Braudel, em oposição a esta narrativa de fôlego curto, dramática e precipitada, está uma “história longa, de respiração contida e de amplitude secular.”<sup>8</sup>

O que Braudel quer nos trazer não é o fim do evento, mas a idéia de que ele anexa um tempo muito superior à sua própria duração. Para ele, a história é a soma de todas as histórias e de todos os tempos possíveis e todas as ciências são contaminadas umas pelas outras, sendo, portanto, impossível prescindir de qualquer uma delas. Braudel desconfia da história puramente factualista e defende a longa duração como a linha mais útil para a reflexão comum às ciências sociais.

O que parece claro na abordagem da Nova História e talvez possa ser o elemento mais proveitoso para a atividade jornalística é a implementação de uma nova atitude em relação ao evento. A principal lição a ser aprendida obriga o jornalista a ler não a partir do evento, mas a partir dos pressupostos de formação do evento. E isto quer dizer definir métodos, reavaliar fontes, escolher unidades de observação, estabelecer relações entre os elementos e chegar a modelos de estudo, sem, entretanto, deixar de considerar as múltiplas variáveis.

Jean Lacouture aponta a ruína das fontes como um dos principais problemas do historiador do presente. Ao mesmo tempo que o computador é capaz de, quase instantaneamente, fornecer ao editor de um jornal tudo que já foi publicado sobre determinado assunto, a diversidade das fontes torna o resultado final pouco confiável. Ao multiplicar as possibilidades, a informática multiplica também os riscos. E mesmo quando a fonte é testemunhal, é preciso estar atento aos interesses e pressupostos que a norteiam. “Não há grupo, personagem, instituição que não tenha seus segredos a preservar e que não responda à revelação intempestiva com a ocultação definitiva.”<sup>9</sup>

Michel de Certeau, em debate com outros integrantes da Nova História, também chama a atenção para a necessidade de refletir sobre a produção dos fatos, alertando que a metodologia histórica sempre “insistiu mais no inventário, na classificação e no tratamento das fontes do que na construção do discurso.”<sup>10</sup> Para Certeau, a história é a arte da

---

<sup>7</sup> Braudel, pág. 46.

<sup>8</sup> Idem

<sup>9</sup> Lacouture, pág. 228.

<sup>10</sup> Mesa redonda, Certeau, pág.20.

encenação, uma operação que compreende a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Ou seja, “a combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”<sup>11</sup>

A história, assim como o jornalismo, não reconstitui a verdade, mas interpreta e reconstrói os fatos. Certeau defende o modelo subjetivo, pelo qual toda interpretação histórica depende de um sistema de referência. E o lugar de onde se fala está no centro das discussões. Mais do que o público, são os pares do historiador os destinatários da obra. Uma prática ligada a métodos que protegem um determinado grupo de letrados. O saber está ligado ao lugar e deve submeter-se às suas imposições, à lei do grupo. Para Certeau, é impossível analisar o discurso histórico fora da instituição em torno da qual ele se organiza.

Neste sentido, a operação jornalística traça um caminho contrário, já que é destinada ao grande público, mas suas leis também são regidas por um grupo, que se organiza em preceitos epistemológicos e padroniza o trabalho em manuais de redação e códigos entre os pares. Só que em ambas as operações, histórica e jornalística, fica patente a natureza lacunar do discurso. Não podemos ignorar o que ignoramos do passado. A história é o que ainda podemos saber dela, nada além disso. É incoerente e ilógica na medida em que o historiador...

“adivinha a localização das lacunas mal remendadas, não ignora que o número de páginas que o autor concede aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que têm esses aspectos aos seus olhos e a abundância da documentação”<sup>12</sup>

Para empreender o projeto de construção de uma biografia, o jornalista terá que lidar com todas as críticas à sua operação profissional e ainda observar as interseções de seu discurso pelo campo da história e também da literatura, já que estratégias romanescas terão que ser assumidas durante a construção do texto.

---

<sup>11</sup> Certeau, pág. 66

<sup>12</sup> Veyne, pág. 28.

Se enveredar pela teoria da literatura , o jornalista perceberá lacunas e preconceitos com relação ao tema, conforme constatação da professora Maria Helena Werneck, para quem as biografias, consideradas parasitas da história,<sup>13</sup> são tratadas pelos profissionais de letras e por aqueles que apreciam obras literárias como sub-gênero. Mas ela se coloca como advogada de defesa e propõe uma reabilitação fundamentada. Quer que voltemos a Nietzsche e seu pensar saudável sobre a biografia, que supera suas críticas, tomando como base a força ativa do pensamento de artistas e pensadores, que ultrapassam os limites que a vida lhes impõe. “Se há no texto nietzscheano uma promessa de pensar saudável em relação à biografia, como transformar esse pensar saudável em modos de ler?”<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Expressão usada por Paul Kendal

<sup>14</sup> Werneck, pág 24.

A pergunta de Maria Helena nos remete a dois problemas que o jornalista deve abordar: a discussão sobre as classificações do discurso biográfico e a sua interpretação pela recepção do leitor. Começando pelas classificações, a confusão começa nas próprias definições ,que, longe de se aproximarem de um pensar saudável, evidenciam a carência de estudos sobre o tema. Biografia, memórias, autobiografia, confissões. Um liquidificador de conceitos, cujas tentativas de separação mais confundem do que esclarecem. Como na empreitada de Eduardo Portella: “as memórias, como entidades literárias autônomas, se situam no meio caminho entre a autobiografia e a história.”<sup>15</sup> Mesmo sem querer entrar no campo dos estudos da memória, principalmente na análise dos teóricos do pós-modernismo, devemos desconfiar da conceitualização de Portella, já que a narrativa memorialística é também autobiográfica e histórica, além de não poder ser uma coisa vaga, solta no espaço, sem referência, como requer o conceito de autonomia. Da mesma forma, parece reducionista a dicotomia estabelecida entre a qualificação das memórias como a escrita de um universo social, “porque sua individualidade se dilui nos testemunhos de seu tempo passado e nas suas reflexões sobre o seu tempo presente”<sup>16</sup>, em contraposição à autobiografia, considerada uma escrita “narcisista”.<sup>17</sup> E mesmo quando se fala de biografias clássicas, ou seja, narrativas em que personagem e autor são pessoas diferentes, as classificações se confundem.

Mas estas tentativas de separação são apenas uma parte do problema. Outra, ainda menos esclarecedora, diz respeito às discussões de gênero. Neste sentido, o “não lugar” parece estar reservado ao discurso biográfico na teoria da literatura. Na verdade, nem mesmo o epíteto de literatura lhe está assegurado, embora me pareça que a elaboração literária na escrita biográfica possa ser identificada pelas inúmeras possibilidades narrativas e imaginárias que estão presentes entre o que se vive e o que se escreve, mesmo no interior de um discurso que se propõe referencial.

Discutir a concepção de gênero é um problema a ser enfrentado não só no campo teórico, como nos próprios meios que o legitimam. “Algumas vezes, as biografias abrem caminho para a renovação da crítica literária. Outras vezes, procuram se ajustar à

---

<sup>15</sup> Portella, pág. 191.

<sup>16</sup> Ramos, pág. 100.

<sup>17</sup> Idem

segregação que o campo intelectual lhes impõe.”<sup>18</sup> Um alerta que encontra eco em Pierre Bourdieu , para quem a historicidade das formas biográficas depende muito mais das forças simbólicas da intelectualidade do que das mudanças no paradigma de gênero. O trabalho biográfico pode assumir cores que vão da poética do elogio, conforme definida por Jean-Claude Bonnet, ao compromisso com o historicismo. Pode estar ligado a funções religiosas e morais, como na vida dos santos, optar pela informação objetiva, pela literalização, pelo ritual do elogio, ou outras quantas opções e combinações. E todas elas podem estar a serviço de uma série de posições políticas e concepções sociais, inseridas em dicotomias éticas que podem comprometer a posição do crítico. Assim, as estratégias de inclusão e exclusão em um paradigma de gêneros apresentam-se ligadas a um profundo questionamento em torno destes pontos. E é justamente para evitar a fragilidade de alguns critérios de valor e classificações que Philippe Lejeune opta por fazer uma análise não a partir de uma estética de gênero, mas dando tratamento específico de acordo com o que os próprios textos apresentam:

*“Pour étudier un genre, il fut lutter contre l’illusion de la permanence, contre la tentation normative, et contre les dangers de l’idérialisation: à vrai dire, il n’eut peut-être pas possible d’étudier un genre, à moin d’accepter d’en sortir. Aussi, dans les études de ‘poétique appliqué’ qui figurent dans la section centrale, n’ai-je pas voulu définir une esthétique du genre, ni reconstituer un archétype, rousseauien ou autre, de l’autobiographie, mais simplement profiter de la lecture de textes concrets pour examiner les problèmes qui se posent à la plupart des autobiographie, et qui peuvent recevoir les solutions le plus variées.”*<sup>19</sup>

Embora inclinado à inclusão do biográfico no universo do literário, Lejeune critica a conceitualização de gênero, pois ela nasce do equívoco de primeiro definir o objeto para depois analisá-lo. Mas isto não ameniza o problema, presente na literatura desde Aristóteles, já que a noção de gênero está diretamente ligada à permanência da obra e à sua inclusão em agrupamentos, que acabam servindo de base para o trabalho teórico. Além

---

<sup>18</sup> Werneck, pág. 25.

<sup>19</sup> Leujene, pág. 8

disso, não é possível ignorar que obras desconstrutoras alteram os princípios tradicionais das conceitualizações genéricas, e esta é uma possibilidade que devemos considerar neste estudo.

Para seguir adiante em sua análise, Lejeune parte , então, da recepção do texto, exatamente o segundo problema que queremos formular. Pois para enveredar pelo estudo das relações entre o produtor, a obra e, fundamentalmente, o receptor, ele estabelece a noção de pacto, uma espécie de acordo entre as partes, que, no entanto, seria bem diferente de um contrato, já que não teria a capacidade de impor elementos rígidos diante da impossibilidade da co-presença física de todas elas.

Uma leitura da pesquisadora Ana Maria Edelweis <sup>20</sup> identifica em Lejeune “a possibilidade de três pactos escriturais possíveis na ordem do literário”: o ficcional, o fantasmático e o autobiográfico (onde também está o biográfico, com a separação entre sujeito e objeto), aos quais ela acrescenta outros dois: o ensaístico e o alterbiográfico.

Na análise de Lejeune, há uma relativização sobre a função referencial (base tanto para o pacto biográfico como para o ensaístico), que teria compromisso direto com o real, a verdade. O que nos parece pertinente, pois o que se poderia chamar de “verdade”, certamente estaria inserido em um modelo de expressão no mínimo dotado de linguagem, o que já seria suficiente para tal relativização. Mas ainda há as dificuldades apontadas pelo autor <sup>21</sup> , que são a ideologia de quem produz, a distância entre a intenção inicial e a forma pela qual ela é recebida, e elementos externos como publicidade e tentativas de classificações de gênero, além das diversas possibilidades de leitura, seja pela crítica ou pelo leitor médio. Assim, Lejeune divide a função referencial entre os conceitos de identidade , ligada ao fato estabelecido; e semelhança , ligada à fidelidade do texto ao modelo extra-diegético e suas significações

Para Lejeune, a biografia clássica, onde autor e personagem são pessoas diferentes, se inscreve na categoria de semelhança, que está situada em dois níveis: o da exatidão, que diz respeito à informação; e o da fidelidade, que está ligada à significação. No interior desta divisão, seriam ingênuos os biógrafos que tratassem a significação pelo plano da exatidão, ou seja, em semelhança com a realidade extratextual, sem levar em conta que “a

---

<sup>20</sup> Edelweis, pág. 16.

<sup>21</sup> Lejeune, (1975), pág. 422

significação só pode ser produzida por meio de técnicas narrativas e por meio da intervenção de um sistema de explicação que implica na ideologia do historiador”<sup>22</sup>

Outra reflexão pertinente à construção de uma biografia diz respeito aos meios disponíveis para a efetivação do pacto referencial. O compromisso com a realidade exterior à obra (de acordo com o paradigma de semelhança) e a submissão às chamadas provas de verdade são aspectos essenciais do discurso biográfico, segundo Lejeune:

*“Par opposition à toutes les formes de fiction, la biographie et l’autobiographie sont des textes référentiels: exactement comme le discours scientifique ou historique, ils prétendent apporter une information sur une réalité extérieure au texte, et donc se soumettre à une épreuve de vérification.”*<sup>23</sup>

Para fugir à dicotomia entre ficção e referencialidade proposta por Lejeune, o próprio discurso deverá ter elementos assumidamente pertencentes aos dois campos. Além disso, identificar os critérios e aferir o valor das provas de verificação (se é que elas existem) são sérios problemas para o biógrafo. Principalmente se ele for o arrombador profissional, conforme a concepção de Janet Malcom, ou seja, aquele que “invade uma casa, revira as gavetas que possam conter jóias ou dinheiro e finalmente foge, exibindo em triunfo o produto de sua pilhagem.”<sup>24</sup> Quero acreditar que se existe um invasor, certamente haverá alguém no papel de invadido, e muito provavelmente será ele o portador de informações importantes para a possível verificação. Por isso perguntamos se a tese do arrombamento seria realmente a melhor estratégia.

Janet Malcom refere-se ao arrombador quando o objetivo é arrancar segredos póstumos do personagem. Será que a biografia é também uma transcrição de narrativas de bastidores? Além disso, só haverá efetivo interesse pela vida particular do personagem se a sua atuação pública tiver sido relevante para o meio social em que está inserido, ou seja, se sua vida estiver ligada a acontecimentos importantes da história e/ou da cultura de seus pares. E as informações sobre a intimidade do personagem também estão sujeitas às provas

---

<sup>22</sup> Lejeune, citado por Wernewck, pág. 90.

<sup>23</sup> Lejeune, pág. 36.

<sup>24</sup> Malcom, pág. 16.

de verificação expostas por Leujene. E é aí que voltamos ao problema. Quem melhor poderia confirmar estas informações ?

A família. Dificilmente, o biógrafo encontrará um arquivo melhor sobre a vida do biografado em outra fonte. Mas o que poderia ser uma dádiva pode acabar virando uma maldição, um grande problema metodológico. Para Janet Malcom não há dúvidas: “ os familiares são os inimigos naturais dos biógrafo; são como as tribos hostis que o explorador encontra e precisa submeter sem piedade a fim de se apossar de seu território.”<sup>25</sup>

A afirmação de Malcom foi baseada no estudo que fez sobre as biografias de Sylvia Plath, onde as intervenções da família da poeta influíram diretamente no texto final. Mas deve ser encarada como um alerta, não como uma barreira. Os parentes do biografado devem possuir escritos inéditos, como diários ou correspondências, que podem facilitar muito o trabalho do biógrafo, até mesmo indicando caminhos para as possíveis provas de verificação. Mas o fato de vetarem o acesso a estas informações não pode se transformar numa hesitação. Ou seja, o autor deve buscar outras formas de verificação e evitar a quebra do pacto. Para Malcom, a biografia tem uma natureza transgressora e implica em um conluio entre o autor e o leitor, que atravessam um corredor para espiar pelo buraco da fechadura. A hesitação diante deste último significaria a deslegitimação do empreendimento.

É claro que se o biógrafo puder contar com a colaboração da família, o trabalho será facilitado. Mas estas facilidades podem ser apenas aparentes. Quando se lida com contemporâneos do biografado, a maior parte dos testemunhos está baseada na memória, e ela está suscetível aos interesses e à imaginação do emissor. Tomando como referência a análise de Maurice Halbwachs,<sup>26</sup> é preciso haver uma base comum entre a memória do outro e a nossa, ou seja, pontos de contato que possam fazer de uma lembrança a possível reconstituição de um acontecimento. Pelo conceito de valor de verdade, exposto por Elizabeth Bruss,<sup>27</sup> talvez pudéssemos recorrer ao confronto de testemunhos para efetuar a verificação, mas há interesses que são comuns e podem coincidir nas declarações. O que fazer, então ? Assumir a vulnerabilidade ou evitar a hesitação? Como Luiz Vianna Filho,<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Ibid, pág. 18.

<sup>26</sup> Halbwachs, pág. 4.

<sup>27</sup> Bruss, pág. 461.

<sup>28</sup> Vianna Filho, pág. 53.

devemos aceitar que biografia não é matemática; ou, como Janet Malcom, devemos rejeitar qualquer dúvida sobre o trabalho biográfico, sob pena de sermos execrados pelos leitores ? Esta é uma questão vital para a construção biográfica. E também para os jornalistas, que estão no cerne de uma crise epistemológica em seu trabalho.

**\* Felipe Pena**

- jornalista
- Sub-Reitor da Universidade Estácio de Sá
- Doutorando em Letras pela PUC-Rio
- Professor da cadeira de telejornalismo
- Autor do livro “A volta dos que não foram”, da editora Sette Letras.

**BIBLIOGRAFIA**

BENJAMIM, Walter. “A imagem de Proust.” In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhida. S.P. Brasiliense. 1985.

BONNET, Jean-Claude. “Le fantasma de l’écrivain” In: **Poétique**. Éditions du Seuil. Paris. N° 63. 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Coleção estudos. S.P. Perspectiva. 1974.

BRUSS, Elizabeth. **La autobiographie au cinéma. La subjectivité devant l’objectif**. **Poétique**. N° 56 . 1983.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro. Forense. 1982.

CULLER, J. “Literary competence”. In: J.P. Tompkins. **Reader-response for criticism. From formalism to post-structuralism**. Johns Hopkins. UP. 1980.

EDELWEIS, Ana Maria B. C. Em atenção à palavra do outro. **Alterbiografia: a autobiografia em liberdade**. Dissertação de Mestrado. R.J. PUC. 1990. (mimeo)

FISH, Stanley. **Is there a text in this class? The authority of interpretative communities**. Cambridge. Harvard University Press. 1980.

- FURET, François. “Da história-narrativa á história-problema”, in: **A oficina da história**. Lisboa . Gradiva. s/d.
- HALBWACHS, Maurice. “Memória, esquecimento e silêncio.” In **Estudos e Históricos** n° 3. S.P. secretaria de cultura. 1984.
- JAUSS, Hans Robert. “O texto poético na mudança de horizonte de leitura.” In: LIMA, Luis Costa. **Teoria da Literatura em suas fontes**. Vol. 2. R.J. Francisco Alves. 1978.
- KENDALL, Paul Murray. **The art of biography**. New York. Norton Library. 1967
- KRAVETZ, Marc. “Os jornalista fazem a história”, in: \_\_\_\_ . et alli. **História e nova história**. Lisboa . Teorema, 1986.
- LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**. R.J. Imago. 1983.
- LEGOFF, Jacques. **A história Nova**. São Paulo. Martins Fontes. 1990
- LEUJENE, Philippe. **Je est un autre**. Paris. Éditions du Seuil. 1980.
- LEUJENE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris. Éditions du Seuil. 1975.
- LEUJENE, Philippe. **Moi aussi**. Paris. Éditions du Seuil. 1986.
- MALCOM, Janet. **A mulher calada**. S.P. Cia. das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**. Lisboa. Edições 70. 1988
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. S.P. Brasiliense. 1988.
- NORA, Pierre. “O retorno do fato”, in: \_\_\_\_ . e LE GOFF. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1988.
- OLINTO, Heidrun Krieger. “Letras na página. Palavras no mundo. Novos acentos sobre estudos de literatura.” In: **Palavra**. R.J. Departamento de Letras da PUC-Rio. N°1. 1993.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. S.P. Brasiliense. 1994.
- PORTELLA, Eduardo. “Problemática do memorialismo.” In: **Dimensões I**. R.J. José olympio. 1958.
- PROUST, Marcel. **Contra Saint-Beuve**. S.P. Iluminuras. 1988.
- RAMOS, Tânia Regina. **Memórias: uma oportunidade poética**. Tese de Doutorado. R.J. Departamento de Letras da PUC-Rio. 1990. (mimeo)
- SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da Letra**. S.P. Cia. das Letras. 1989.

WERNECK, Maria Helena. **O homem encadernado**. R.J. Ed. da UERJ. 1996.